

Tema polêmico, resposta conservadora

(O Estado de S. Paulo, 16/07/2014) Os três principais candidatos ao Palácio do Planalto têm adotado posturas conservadoras na maioria dos temas considerados polêmicos. O Estado elaborou um questionário sobre assuntos tratados em campanhas presidenciais anteriores, a exemplo do aborto e das privatizações, pautas como flexibilização da legislação trabalhista e reajuste do salário mínimo, além do passe livre no transporte público, bandeira dos protestos de 2013.

De modo geral, Aécio Neves (PSDB), Dilma Rousseff (PT) e Eduardo Campos (PSB) vão evitar ao máximo esses temas na campanha, para não correr riscos políticos. A equipe de Dilma nem sequer respondeu ao questionário, mesmo em relação a temas a respeito dos quais a presidente se posicionou ao longo do atual mandato.

“No momento, a campanha está dedicada ao debate com a sociedade das linhas gerais do programa de governo apresentado ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral)”, afirmou a assessoria de imprensa da chapa petista. Procurado, o coordenador do programa de governo, Alessandro Teixeira, tampouco se pronunciou.

Na campanha de Aécio, foi a assessoria de imprensa quem respondeu ao questionário – ora de forma direta, como ser contra a legalização do aborto, ora de forma evasiva. Ao se posicionar sobre a reforma da previdência, Aécio diz que a diminuição do déficit vai ocorrer com o aumento da atividade econômica e a formalização dos trabalhadores.

Campos também foi evasivo ao tratar da previdência e contra a legalização do aborto. Ao contrário do tucano, que diz ser possível manter gratuidades no transporte público para setores específicos, o candidato do PSB passou a defender publicamente a adoção do passe livre.

Mínimo. Seja quem for eleito em outubro, terá como uma das primeiras missões no mandato discutir a política de reajuste do salário mínimo. A correção automática conforme o crescimento da economia adotada pela gestão Dilma se encerrará em 2015, e o próximo governo terá de decidir se renova essa política ou se adota outra forma de correção do valor.

O programa de governo e a assessoria de Aécio dizem ser a favor da manutenção da política de valorização do salário mínimo, embora não digam como. Já na campanha de Campos, ainda não há uma posição fechada sobre o tema. No programa de Dilma, a presidente comemora o fato de ter dado aumentos reais para os assalariados, mas não diz nada sobre o futuro.

Quando o assunto é privatização de estatais, Aécio e Campos dizem ser contra. “Não é objeto (nem do programa, nem do governo). Já foi privatizado o que tinha de privatizar. Petrobrás nem pensar”, desconversou o coordenador da campanha do PSB, Carlos Siqueira. O governo Dilma fez leilões de concessão de aeroportos e rodovias, mas o PT não usa o termo “privatização” e rejeita a ideia de vender empresas ou bancos públicos à iniciativa privada.

Na campanha de 2006, a discussão sobre uma possível privatização da Petrobrás ganhou força. Na época, o candidato à reeleição pelo PT, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, conseguiu tachar no PSDB do então candidato ao Planalto Geraldo Alckmin o rótulo de “privatista”. Lula venceu a disputa.

Acesse o PDF: [Tema polêmico, resposta conservadora \(O Estado de S. Paulo, 16/07/2014\)](#)

[Lei que protege mulheres vítimas de violência sexual pode ser revogada, alerta Erika Kokay](#)

(Revista Fórum, 15/07/2014) A deputada Erika Kokay (PT-DF) alerta contra a tentativa de setores do parlamento de revogar a lei 12.845/13, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em agosto do ano passado, que assegura uma série de direitos às mulheres vítimas de violência sexual, entre eles, torna obrigatório a todos os hospitais do SUS prestarem atendimento imediato às mulheres vítimas de violência sexual.

Acesse a íntegra no portal Compromisso e Atitude: [Lei que protege mulheres vítimas de violência sexual pode ser revogada, alerta Erika Kokay \(Revista Fórum - 15/07/2014\)](#)

[Veja o que pensam candidatos à Presidência sobre aborto](#)

(UOL, 14/07/2014) Com o início da campanha eleitoral, temas controversos passaram a fazer parte do debate político e os candidatos são instados a todo momento a se posicionar sobre polêmicas.

A redação do **UOL** compilou opiniões de dez dos 11 candidatos à Presidência da República sobre alguns assuntos acalorados, como a descriminalização da maconha, do aborto e o ensino religioso obrigatório.

Leia mais: [Tema polêmico, resposta conservadora \(O Estado de S. Paulo, 16/07/2014\)](#)

Os candidatos também foram questionados sobre a redução da maioria penal, o fim da reeleição, a ampliação do Bolsa Família, a diminuição do número de ministérios (**[clique aqui para ler as respostas a estes assuntos](#)**) e aspectos da economia como a reforma tributária, a meta de inflação ideal e a independência do Banco Central (**[clique aqui para ler as respostas a estes assuntos](#)**).

As respostas foram colocadas em ordem alfabética pelo nome do candidato. O candidato Rui Costa Pimenta (PCO) ainda não havia respondido à solicitação de entrevista até a publicação desta reportagem.

Descriminalização do aborto



- **Aécio Neves (PSDB)**

É contra. “Sou a favor da legislação atual, sem mudanças”, afirmou o tucano em entrevista a uma revista em junho de 2013



- **Dilma Rousseff (PT)**

É contra. “Defendo a manutenção da legislação atual sobre o assunto”, afirmou em 2010, quando era candidata ao Planalto



- **Eduardo Campos (PSB)**

É contra. Considera a legislação adequada e não vê razões para seja alterada a lei. “Como cristão, cidadão e pai de cinco filhos, minha vida já responde à pergunta”, disse em entrevista em uma missa em Aparecida (SP) em abril



- **Eduardo Jorge (PV)**

É a favor. Defende a legalização do aborto, estabelecendo regras e limites de idade gestacional. “Não estimulamos a prática do aborto, pois ele sempre é traumático para a mulher... Porém, não podemos ignorar essa realidade de muitas mulheres que por algum motivo recorrem a ele a cada ano. Não concordamos em criminalizá-las”, diz o programa de governo do PV



- **Eymael (PSDC)**

É contra. “A posição da democracia cristã é a manutenção das três hipóteses que hoje existem [para o aborto]: o estupro, o perigo de vida [para a mulher] e o feto destituído de

cérebro”



• **José Maria (PSTU)**

A favor



• **Levy Fidelix (PRTB)**

Contra. “Sou a favor que a legislação permaneça como está. Hoje é permitido fazer aborto em casos de anencefalia, risco de vida [à mãe]. No caso de estupro, não. Violenta o moral dela, mas não [pode] matar a criança”



• **Luciana Genro (PSOL)**

A favor. “Eu vejo que a gente precisa descriminalizar, para quê? Para acabar com essa hipocrisia e possibilitar uma discussão franca sobre o tema da maternidade, da contracepção”



• **Mauro Iasi (PCB)**

É favorável. “O aborto é um direito da mulher. Dessa forma, ele deve ser realizado na rede pública de saúde”



• **Pastor Everaldo Pereira (PSC)**

É contra. “Defendo os princípios cristãos, defendo a vida a partir da concepção, e sou a favor de todas as leis civis e penais que defendam o direito à vida. A criminalização do assassinato de vida intrauterina é tão importante quanto a criminalização do assassinato de vida extrauterina. As exceções que hoje constam no direito brasileiro já são mais do que suficientes para regular a questão”

Acesse no site de origem: [Veja o que pensam candidatos à Presidência sobre aborto \(UOL, 14/07/2014\)](#)

Mulher cria página que reúne histórias de aborto para promover “discussão mais honesta” sobre o tema

(Marie Claire, 13/07/2014) Sherry Merfish falou à Marie Claire sobre o site Not Alone, no qual americanas contam por que decidiram abrir mão da gestação e como vivenciaram a experiência

Proibido no Brasil, com poucas exceções, o aborto ainda é um tabu. Mas nos Estados Unidos, um grupo de mulheres está disposto a falar sobre o assunto de forma aberta e não anônima. Em uma série de vídeos divulgados no recém lançado site Not Alone, elas contam por que decidiram abrir mão da gestação e como vivenciaram a experiência.

“Achei que, se eu falasse sobre meu aborto, outras mulheres seriam encorajadas a fazer o mesmo. Ao estimular outras a falarem suas histórias, nós teremos uma discussão mais honesta”, afirmou Sherry Merfish, uma das criadoras da página na internet à Marie Claire. Sherry é uma norte-americana de Houston, Texas, que teve sua história revelada primeiramente em 2013 em um artigo no jornal “The New York Times”, no qual sua filha Beth Merfish contou como ficou sabendo da interrupção da primeira gravidez da mãe. A partir de então, muitas mulheres entraram em contato para falar sobre suas histórias. Foi aí que surgiu a ideia de criar um site para compartilhá-las. “Nós decidimos que precisávamos reunir toda essa comunidade que nasceu após o artigo”.

Com a ajuda das duas filhas, Beth e Brett, e da atvista Emily Letts, a americana desenvolveu a página para divulgar a experiência dessas mulheres e mostrar a elas que não estão sozinhas. Na última terça-feira (8), o projeto finalmente ganhou vida. “Quando você assiste a um vídeo e vê uma pessoa contando sua história, você ganha o senso de urgência. A pessoa foi valente o suficiente para mostrar seu rosto e revelar sua identidade. Suas decisões, circunstâncias e sua vida se tornam menos fáceis de serem descartadas ou julgadas”, afirmou.

Um dos vídeo divulgados no site é de Emily Letts. Nele, ela relembra a gravação que fez, em maio deste ano, que mostra o momento em que interrompeu sua gravidez na clínica de aborto onde trabalha. O vídeo se tornou viral e conquistou mais de 3 milhões e visualizações. “Muitas pessoas perguntaram por que compartilhei uma história tão íntima com o mundo. Todos os dias vejo mulheres punindo a si mesmas por serem sexuais, por estarem grávidas. Eu fiz isso porque acredito que é tempo de pararmos de punirmos a nós mesmas e começarmos a apoiar umas as outras”, disse.

O Not Alone, além de vídeos, traz também informações importantes sobre o aborto. Segundo a página, 50% das mulheres americanas com cerca de 45 anos experenciam gravidez indesejada e 1 em cada 3 americanas escolherão fazer um aborto em algum ponto da vida. “Escolhas pessoais são melhores quando são deixadas para serem tomadas pela mulher e seu médico. O governo não deveria fazer parte da decisão”, defendeu Sherry. No Texas, onde mora, o aborto é permitido por lei, mas enfrenta duras restrições.

Acesse no site de origem: [Mulher cria página que reúne histórias de aborto para promover “discussão mais honesta” sobre o tema \(Marie Claire, 13/07/2014\)](#)

[CCJ aprova comitês de prevenção à mortalidade materna no SUS](#)

(Agência Câmara Notícias, 10/07/2014) A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou as alterações do Senado à proposta (PL 5741/01, da ex-deputada Ana Corso) que cria os comitês de estudos e de prevenção da mortalidade materna. Pelo novo texto, esses comitês vão funcionar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e deverão investigar e identificar as causas da morte de mulheres em idade fértil, além de apurar as responsabilidades técnicas ou administrativas pelos óbitos.

Conforme o substitutivo do Senado, a morte materna é definida como aquela que ocorre durante a gestação ou até 40 dias após seu término. E também deve estar diretamente associada à gravidez ou ter sido agravada por ela.

A proposta original, que obrigava União, estados e municípios a implementarem os comitês, foi aprovada pela Câmara em 2007, mas os senadores fizeram algumas alterações no texto, como a restrição do alcance da medida ao SUS.



Gorete Pereira: Brasil está longe da meta da ONU de 35 mortes para cada 100 mil gestantes.
Reprodução Tv Câmara

Para facilitar a aprovação de uma matéria que já tramita há 13 anos no Congresso, a relatora na CCJ, deputada Gorete Pereira (PR-CE), apresentou parecer favorável às modificações do Senado. “Vamos investigar por que há tanta mortalidade ainda: se é um problema do Estado, do governo, de formação ou de instrução. O objetivo é atingir a meta da ONU [Organização das Nações Unidas]”, disse.

A deputada se refere a dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) que apontam cerca de 60 mortes para cada 100 mil gestantes no Brasil, enquanto a meta fixada pela ONU seria de,

no máximo, 35 óbitos.

Aborto

Durante a tramitação na CCJ, alguns deputados chegaram a pedir vista da proposta por temor de flexibilização nas leis que proíbem o aborto. Foi o caso do deputado Marcos Rogério (PDT-RO).

“Em toda matéria com algum viés relacionado à maternidade, sempre vou ter essa preocupação de saber se busca a proteção da vida da mãe, como também a preservação da vida da criança”, declarou. Marcos Rogério, após examinar o texto, concluiu que não se tratava de uma forma de facilitar a interrupção da gravidez: “É um projeto meritório, que defende tanto a gestante quanto a criança em fase de gestação”.

Tramitação

A proposta ainda será analisada pelo Plenário da Câmara. Se aprovada, seguirá para sanção presidencial.

Reportagem - José Carlos Oliveira

Edição - Marcelo Oliveira

Acesse o site de origem: [CCJ aprova comitês de prevenção à mortalidade materna no SUS](#)

[Maioria dos chilenos apoia aborto terapêutico, aponta pesquisa](#)

(Correio do Povo, 03/07/2014) Uma pesquisa divulgada nesta quinta-feira mostra que 71% dos chilenos apoiam a aprovação do aborto terapêutico no Chile em caso de risco à saúde da mãe, má-formação do feto ou estupro. À pergunta “Você concorda com a descriminalização do aborto em caso de risco à saúde da mãe, estupro ou má-formação do feto?” a grande maioria dos entrevistados mostrou-se favorável, na pesquisa mensal do governo realizada pelo instituto Adimark.



Conforme pesquisa, maioria dos chilenos aprova aborto
Crédito: AFP / CP

O Chile é um dos poucos países do mundo que não permitem o aborto em hipótese alguma. A presidente Michelle Bachelet anunciou em maio que deseja reabrir o debate sobre a aprovação do aborto terapêutico, e que espera aprová-lo até o fim do ano. Até 1989, o aborto terapêutico em caso de má-formação do feto ou risco à saúde da mãe era permitido no Chile, mas, no fim da ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990), ele foi proibido. O divórcio foi aprovado no Chile em 2004.

O governo pretende promover alguns dos projetos de lei sobre o tema que seguem paralisados no Congresso, que nunca esteve disposto a legislar sobre o assunto. O estudo foi feito em nível nacional entre 5 e 30 de junho, e ouviu 1.033 homens e mulheres maiores de 18 anos, com margem de erro de três pontos percentuais.

Acesse o PDF: [Maioria dos chilenos apoia aborto terapêutico, aponte pesquisa](#)

[Peru: entra em vigência protocolo para aborto terapêutico](#)

(Terra, 29/06/2014) O guia técnico ou protocolo para a prática do aborto terapêutico entrou neste domingo em vigência no Peru para casos em que uma mulher com menos de 22 semanas de gestação esteja em risco de morte.

O protocolo para o procedimento foi aprovado pelo Ministério da Saúde, 90 anos depois que o aborto para esses casos fosse despenalizado no Peru e publicado ontem no diário oficial El Peruano, como anunciou a ministra, Midori de Habich, na sexta-feira passada.

A titular de Saúde explicou que para aplicar o procedimento será necessário que o aborto seja o único meio para salvar a vida da gestante ou para evitar um mal grave e permanente em sua saúde.

Além disso, seria preciso que a gravidez fosse de menos que as 22 semanas de gestação e que a gestante ou seu representante legal tenha assinado o consentimento, após haver sido informado amplamente sobre o diagnóstico, previsão e riscos para sua saúde e sua vida.

O documento elaborado pelo governo tomou como referência diversos estudos da Organização Mundial da Saúde, da Federação Latino-Americana de Sociedades de Obstetrícia e Ginecologia, do Colégio Médico do Peru e da Sociedade Peruana de Obstetrícia e Ginecologia, entre outras entidades.

No entanto, a Igreja Católica peruana criticou a aprovação do guia em clara divergência com organismos não governamentais, que a reivindicavam em favor dos direitos e da saúde das mulheres.

O Arcebispo de Lima, Juan Luis Cipriani, declarou ontem que “sempre existe uma maneira médica de salvar a mãe e o filho” e pediu às mulheres “não permitir que os façam assinar a morte de seus filhos”.

Cipriani acrescentou que Humala lhe prometeu, na campanha presidencial de 2011, que não aprovaria o protocolo e atribuiu a decisão a “a pressão internacional de instituições que estão impondo-lhes esse guia de forma imperialista”.

Acesse o site de origem: [Peru: entra em vigência protocolo para aborto terapêutico](#)

“O aborto será descriminalizado este ano”

(El País, 25/06/2014) A entrevista foi realizada no Palácio de La Moneda depois do final da partida em que o Chile perdeu de 2-0 da Holanda. Michelle Bachelet se mostrou sorridente e disposta a ficar com o lado bom: “O Chile jogou bem”. E essa é a tônica também dos três meses em que está em seu segundo mandato de presidente: o otimismo. Apesar de que, mal chegou, se deparou com um terremoto no norte do país. Apesar de em abril ter enfrentado o maior incêndio na história de Valparaíso, com mais de 8.000 pessoas afetadas, e há duas semanas terem ocorrido inundações no sul, Bachelet diz sentir-se satisfeita, porque nada disso impediu que cumprisse mais de 90% das 56 medidas que se propôs a pôr em marcha nos 100 primeiros dias. E considera que está em condições de erradicar o grande mal do Chile, que é a desigualdade.

No momento, a Câmara dos Deputados aprovou a reforma tributária, indispensável para financiar parte da reforma educacional, o grande objetivo de seu Governo. Apesar das

numerosas críticas colhidas na oposição, nos próximos meses a reforma será aprovada pelo Senado. Ela insiste que continua aberta ao diálogo e que pode aceitar sugestões. Mas diz que não renunciará à essência da reforma tributária: que pague mais quem tem mais. E, para antes do fim do ano, espera dar impulso à descriminalização do aborto no caso de risco de vida para a mãe, inviabilidade do feto e estupro.

Pergunta. Durante os anos em que a senhora esteve à frente da Secretaria da Mulher na ONU (2010-2014), como viu o Chile?

Resposta. Eu vi um país que tem tudo de bom: uma democracia estável, uma economia com crescimento estável, com muitos êxitos... Mas, por outro lado, os jovens estiveram cerca de oito meses na rua. E não eram só os jovens. Muita gente acompanhou esse processo, em um país que começa a dizer: “Não nos basta o que temos.” E isso foi o que me motivou a dizer: “Se tomo a decisão de voltar, será para realizar mudanças profundas”.

P. A Bachelet do segundo mandato, é mais ou é menos de esquerda que a do primeiro?

R. Eu disse que não tinha voltado nem mais vermelha nem mais verde, mas talvez pondo muito mais no centro, mais do que as cores, os assuntos dos cidadãos. A desigualdade é nosso grande inimigo. E esse é meu norte fundamental.

P. Então, é uma Bachelet mais ou menos intrépida?

R. Consciente de que os desafios que o Chile requerem mudanças estruturais e disposta a levar adiante essas mudanças.

P. Como foram esses primeiros 100 dias?

R. Foram intensos. Quatro anos se tornam curtos e tínhamos que começar primeiro a atender os compromissos com os cidadãos. É preciso represtigiarmos a política. E a política pode ser represtigiada também quando se cumpre aquilo com que nos comprometemos. É superimportante recuperar a confiança das pessoas nas instituições democráticas. Parecem mais de três meses, para ser franca. No entanto, agora é a hora da implementação de muitas dessas coisas. Já definimos o que vamos fazer. Agora é preciso começar.

P. Seu Governo interrompeu o gigantesco projeto de eletricidade HidroAysén, na Patagônia chilena, que contemplava a construção de cinco represas. Isso foi comemorado pelos ecologistas e ambientalistas, que questionavam o projeto há seis meses. Mas há quem conteste dizendo que a consequência direta vai ser o aumento nas tarifas da energia elétrica, num país que já tem os preços de eletricidade mais caros da América Latina.

R. Estamos trabalhando a longo prazo e com muita força em energias renováveis não convencionais. Mas nosso compromisso é aumentar fortemente distintas fontes de energia: gás natural, eólica, geotérmica e solar, além da hídrica, claro.

P. Mas acredita que vai haver reflexo nas tarifas, que vão ficar mais caras?

R. Qualquer custo que possa haver não necessariamente vai estar relacionado com a HidroAysén. Porque há licitações que vão sendo feitas a cada determinado momento e que

foram aumentando os preços, mas isso não tem nada a ver com a HidroAysén.

P. O jornal La Tercera publicou a carta de um leitor que dizia: “Não haverá paz em La Araucanía enquanto a história continuar sendo ignorada”. O leitor sugeria que o Governo compre terrenos e os devolva aos indígenas mapuches para reparar o que a senhora mesmo assume como uma dívida histórica que o Estado chileno tem para com os povos indígenas. Que ações o seu Governo contempla?

R. Queremos estabelecer um novo acordo com os povos indígenas, não só com o povo mapuche. Agora, eu quero dizer que desde o ano de 1990, pelo menos, o Estado chileno, em todos os Governos, comprou uma enorme quantidade de terras, transferiu às comunidades muita quantidade de terra. E, neste novo Governo, isso voltará a ser uma parte muito importante. Mas não é só uma questão de restituição de terra. Tem de haver também apoio e desenvolvimento produtivo. Isso implica capacitação e um montão de coisas. Estamos organizando uma agenda de trabalho.

P. Quando será aprovada a descriminalização do aborto?

R. No Chile essa discussão tem transcorrido no Parlamento [durante outros mandatos]. E há uma enorme quantidade de moções parlamentares na Câmara e no Senado. Estamos na etapa de revisar todas essas moções e olhar qual vamos apoiar, como vamos apoiar, de modo que possamos avançar na descriminalização.

P. Quando acredita que seja possível?

R. Acho que vai ser durante o segundo semestre. Provavelmente nos últimos meses do segundo semestre.

P. Antes do término do ano?

R. Sim. Analisaremos o procedimento legislativo, mas, sim, antes do fim do ano.

P. Apesar das numerosas diferenças internas que já surgiram em sua aliança de sete partidos, a Nova Maioria (integrada por democrata-cristãos e comunistas) acredita que a coalizão resistirá quatro anos unida?

R. Não tenho a menor dúvida. Todos queremos acabar com a desigualdade. E todos entendemos que a reforma educacional é a chave.

P. Por que é inegociável para o Chile a concessão da saída do mar para a Bolívia?

R. Temos um tratado de 1904, que fixou com clareza os limites entre Chile e Bolívia. E, portanto, para nós, esse tratado está em vigor. Cumprimos tudo o que o tratado estabelecia, que era que tivessem acesso ao mar efetivamente, não acesso soberano, mas acesso ao mar no uso dos portos. Não tenho agora de cabeça a cifra da quantidade de recursos que o Chile gasta para cumprir o tratado de 1904, mas é enorme. E continuaremos cumprindo a nossa parte, mas acreditamos que temos de respeitar o direito internacional.

P. Na Argentina se olha com certa admiração para a institucionalidade deste país. O

processo de transição entre presidentes é considerado um modelo. E o que a senhora admira no país vizinho?

R. Primeiro, a educação grátis. Além do mais, a Argentina é um país de tremendo potencial, de riqueza. Tem grandes homens e mulheres, cientistas, literatos, esportistas... Tem um acesso a livros com preços muito adequados. Tem todo tipo de expressões culturais. Acho que muitas dessas coisas podemos aprender com a Argentina.

P. Qual a sua opinião sobre o novo rei da Espanha?

R. Ele me parece uma pessoa muito bem preparada, inteligente, muito agradável. De muito bom trato.

P. O processo de mudança está sendo mais difícil do que esperava?

R. Eu já esperava. Eu tinha consciência de que este Chile queria resultados já. E, portanto, que isso vai demandar muito mais de mim. O que importa, por fim, é que se fale a verdade. E se algo não vai dar, explicar de frente ao país. Observe: em todas as pesquisas a grande maioria das pessoas apoia que haja reformas. E, no entanto, uma porcentagem importante acredita que não vamos conseguir fazê-las. Mas, se voltei de Nova York, foi porque decidi que se eu tinha um capital político que havia ganhado em minha gestão anterior, era para usá-lo.

P. Já que menciona seu trabalho na Secretaria das Mulheres da ONU... A senhora sempre defendeu os Governos partidários, com metade de homens e mulheres. Por que, então, há menos mulheres em seu Gabinete?

R. Porque eu tinha dito que não iria repetir nenhum ministro anterior. Então, além do que eu decidi sobre os ministros, também chegam para mim listas de pessoas. E a maioria dos nomes de mulheres que chegava já tinha sido ministra. Foi muito mais difícil. E, no nosso país, a verdade é que os partidos políticos ainda têm de avançar muito mais na hora de promover suas mulheres.

Acesse o PDF: ["O aborto será descriminalizado este ano"](#)

[Interferência religiosa limita direitos de minorias, diz antropóloga](#)

(Jornal do Comércio, 23/06/2014) O debate sobre a descriminalização do aborto está cada vez mais distante da agenda do Brasil. Depois de as eleições presidenciais de 2010 terem sido marcadas pelo repúdio do tema, a implantação dessa agenda está cada vez mais distante, avalia a antropóloga Daniela Knauth. Nesta entrevista ao Jornal do Comércio, a pesquisadora

afirma que a primeira gestão feminina no Executivo nacional, com Dilma Rousseff (PT), tem sido marcada pelo retrocesso em políticas de saúde da mulher, gênero e sexualidade.

Daniela também diz que o temor de retirar a pauta do aborto da agenda política por medo da perda de votos é mais um mito do que realidade, e culpa a preocupação com o apoio de bancadas fundamentalistas para as posições do governo federal. “Isso não passa pelo sexo, passa por um comprometimento da diminuição das desigualdades de gênero”, disse.

No âmbito estadual, afirma que aconteceram avanços, ainda que freados pela reação conservadora. A professora universitária avalia ainda que o corpo da mulher continua sendo policiado pela sociedade e que o Estado não sabe lidar com questões que fogem da ordem hegemônica.

Jornal do Comércio - Por que a descriminalização do aborto está ausente na maioria dos programas partidários e de governo?

Daniela Knauth - Existe um mito de que a posição favorável à descriminalização do aborto geraria a perda de votos. O cientista político argentino Mário Pecheny mostrou que os políticos acreditam que falar sobre aborto, ou se posicionar favorável à descriminalização, causaria perda de votos, mas as pesquisas mostram que isso não é verdade. O grupo “Católicas pelo Direito de Decidir”, por exemplo, fez uma pesquisa com uma população católica, perguntando se as pessoas deixariam de votar em políticos em função disso e comprovaram que não. Agora, a partir da última eleição, esse tema ameaçou voltar para a pauta política e o que se teve foi um retrocesso enorme. No Brasil, temos o crescimento de uma bancada conservadora no Congresso Nacional, ligada a grupos religiosos, discutindo e freando os avanços em termos de direitos sexuais e reprodutivos se contrapondo ao movimento feminista, onde o aborto sempre foi um tema pautado. Nos últimos tempos, há o crescimento das bancadas evangélicas que aderiram, com os católicos, ao discurso “pró-life”, contra a descriminalização do aborto, e isso piorou bastante com a aliança dos partidos mais de esquerda, como o PT, com segmentos evangélicos. Isso ficou claro na campanha da Dilma, quando as alianças políticas colocaram como condição para adesão à campanha dela a supressão do aborto da pauta política.

JC - Pecheny é um defensor de que o aborto deve sempre ser uma questão política e não de saúde pública. Como avalia essa posição?

Daniela - São estratégias políticas. É inegável que a descriminalização do aborto é uma questão política, que diz respeito ao direito das mulheres sobre o seu próprio corpo. Muitas vezes o movimento feminista tem utilizado a estratégia de pensar o aborto como uma questão de saúde pública para colocar esse assunto em discussão e para garantir maior aprovação da população. Dificilmente alguém se colocará contra a diminuição da mortalidade materna, e o aborto é a quarta causa de mortalidade materna no Brasil. É mais fácil se posicionar contra o aborto por uma questão política, quanto ao direito da mulher sobre o seu próprio corpo, do que contra uma questão que está matando as mulheres. Os dois discursos não são antagônicos, a questão da saúde pública é estratégia política nessa negociação para pautar o aborto em termos de discussão mais ampla.

JC - Quais os dados mais recentes da mortalidade resultante do aborto?

Daniela - É difícil fazer pesquisa sobre aborto em um contexto de ilegalidade da prática. Admitir um aborto provocado é admitir um ato ilícito e já tivemos situações de perseguição e de busca de enquadramento jurídico das pessoas que declararam ter realizado. Temos uma

pesquisa nacional que mostra uma prevalência de 20% de declaração de aborto, ou seja, de cada cinco mulheres, uma já fez aborto. Há grupos de mulheres mais vulneráveis e isso está relacionado com dificuldades de acesso aos serviços de saúde, às estratégias eficazes de planejamento familiar, no qual o aborto aparece como último recurso. Os dados mostram que a proibição do aborto não impede a prática do aborto. Não há nenhuma diminuição da taxa de aborto nos últimos tempos e o aborto é quarta causa de mortalidade materna no Brasil. As mulheres que têm condições econômicas fazem um aborto seguro. Aquelas que não têm também fazem, mas de forma insegura e gerando, muitas vezes, a morte. O aborto tem provocado mortes e, mais grave do que isso, ele é distribuído de forma desigual. O aborto inseguro é reservado para as mulheres pobres, de baixa escolaridade e negras.

JC - A pressão de grupos religiosos inibe as temáticas relacionadas ao corpo e à sexualidade?

Daniela - Certamente, e houve um retrocesso, desde o início do governo Dilma, sobre a discussão e as políticas públicas. Desde a eleição da atual presidenta, todos os esforços que tinham sido feitos para o empoderamento de populações LGBTs, com o apoio do programa que agora se chama Departamento de DST/Aids e Hepatites Virais, tiveram um retrocesso muito grande, por exemplo.

JC - Em termos de recursos financeiros ou das matrizes das políticas públicas?

Daniela - Em termos de quantidade de políticas voltadas abertamente para o empoderamento dessas populações. O Brasil, na década de 1990, se destacou como o país com melhor programa de prevenção e controle de DST/Aids. Muito pela participação do movimento social, especialmente movimento LGBT, na definição destas políticas. Tínhamos campanhas voltadas para uma maior aceitação da população LGBT e não necessariamente falando de Aids, mas no sentido de empoderar estas populações. Isto começou a retroceder a partir do governo atual. Houve um retrocesso muito grande em todas as temáticas vinculadas à reprodução, à sexualidade e gênero, embora tenha havido alguns avanços em termos jurídicos, como a questão da união estável entre homossexuais. Quando se discute aborto, também se discute desigualdade de gênero, relações de poder, desigualdade de orientação sexual e exercício dos direitos, tanto sexuais quanto reprodutivos.

JC - É controverso que o retrocesso aconteça quando se tem, pela primeira vez, uma mulher na presidência da República?

Daniela - O fato de ser mulher não garante que ela seja adepta de uma perspectiva que contemple as desigualdades ou que se comprometa em diminuir as desigualdades de gênero. O Uruguai, com um presidente homem (José Mujica), conseguiu descriminalizar o aborto, legalizar o cultivo e uso da maconha e a união homossexual. Isso não passa pelo sexo, passa por um comprometimento da diminuição das desigualdades de gênero. Tínhamos uma política, da década de 1980, Paism (Programa de Atenção Integral da Saúde da Mulher), que discutia se a mulher não pode ser vista só pela questão reprodutora, que tem direito a ter acesso a métodos de reprodução, de contracepção e ao exercício de uma sexualidade saudável. E no governo Dilma, é lançado o programa da "Cegonha", que destaca novamente a mulher na perspectiva materna infantil e reprodutora. Além de toda a discussão do Estatuto do Nascituro, que é o contraponto da discussão do aborto, porque se garante o direito ao feto, tiro o direito da mulher sobre seu corpo e sua gestação.

JC - Qual a consequência deste cenário para a próxima disputa eleitoral e os próximos governos?

Daniela - Em termos políticos o cenário é negro. A cada avanço temos tido retrocessos. Isso ensina que os direitos conquistados necessitam ser sempre reconquistados. Precisa existir um movimento social que garanta que os direitos não voltem atrás, pois não são eternos e esse é um dos problemas que a gente vive na atualidade, o enfraquecimento do movimento social. O movimento de Aids teve um enfraquecimento muito grande, tinha o aporte financeiro do Banco Mundial, e depois acabou minguando. O movimento feminista, também por falta de apoio financeiro e pela inserção de lideranças no Estado ou em posições partidárias, se enfraqueceu. Vivemos uma crise do movimento social e ele é fundamental para a manutenção desses direitos.

JC - A mulher tem direito sobre o próprio corpo?

Daniela - O corpo feminino não é problematizado quando está dentro da ordem hegemônica, que é a de um corpo a serviço do bem-estar masculino e dos padrões heterossexuais. Na medida em que o corpo feminino aparece como protagonista e autônomo, como sujeito de direito, passa a ser questionado. Enquanto não se conseguir ter uma discussão clara e aberta sobre as desigualdades de gênero, sempre que aparecer alguma coisa que conteste, a tendência é retroceder para um estágio pior do que estávamos antes. Por exemplo, quando surgiu a epidemia da Aids, se começou a discutir abertamente o uso do preservativo, se passou a admitir que as mulheres também têm vida sexual ativa e direito à diversidade da sexualidade. Hoje, a Aids está aumentando cada vez mais em Porto Alegre, só que os jovens não discutem mais sexualidade. Retrocedemos no aprendizado da sexualidade, do corpo, de uso do preservativo, de conhecimento sobre a genitália e a possibilidade de diversidade sexual e de gênero. Há um decréscimo porque se parou de falar sobre isso, e as campanhas pararam de existir e voltamos para algo mais conservador, a ter manifestações de homofobia e crescimento violência contra mulheres jovens por parceiros jovens.

JC - Como avalia o governo do Estado nas políticas de gênero e sexualidade?

Daniela - O Rio Grande do Sul está parado há muito tempo nas questões de violência contra as mulheres, HIV e Aids e questões de gênero. Quando o governador Tarso (Genro), do PT, entrou, havia uma expectativa grande que isso pudesse ser pautado e acredito que houve um esforço. Mas talvez com pouco sucesso, em função deste contexto conservador e de segmentos religiosos dentro das bancadas partidárias, que é nacional e está presente também nos estados. Mas o governo criou uma Secretaria de Políticas para as Mulheres e conseguiu que o Rio Grande do Sul assinasse o termo federal para implementação da Lei Maria da Penha e criação de uma estrutura que desse respaldo ao Judiciário. Em termos de Aids, o Rio Grande do Sul é o Estado com maior prevalência de HIV, com maior mortalidade de Aids e muito pouco se conseguiu avançar. Não tem tido campanhas efetivas e serviços de saúde.

JC - O Estado é laico?

Daniela - O Estado é laico só na Constituição. Nosso Estado sempre esteve, historicamente, atrelado à religião, antes era à religião católica e, nos últimos anos, também aos pentecostais. Só vamos conseguir garantir direitos com um Estado que realmente seja laico, porque senão nunca vai garantir os direitos das minorias. As populações LGBTs, por exemplo, são minorias, mas os direitos delas passam pelo reconhecimento do Estado e pela garantia de seu exercício

mesmo sendo uma minoria perante essa hegemonia heterossexual.

Perfil

Daniela Riva Knauth é natural de Taquara, tem 46 anos e é professora universitária. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1988, obteve o título de mestre em Antropologia Social, em 1991, pela mesma universidade. Fez doutorado em Ethnologia e Antropologia Social na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, na França, onde defendeu a tese “Le Sida chez les Femmes: Maladie et Quotidien dans les Groupes Populaires au Brésil” (Aids em mulheres: Doença e cotidiano nos grupos populares do Brasil). Desde 1995 é professora da Ufrgs, atuando no departamento de Medicina Social e nos programas de pós-graduação em Epidemiologia e em Antropologia Social na Ufrgs, onde desenvolve pesquisas nas áreas de gênero, sexualidade, juventude, saúde reprodutiva e Aids. É autora do livro “Antropologia e Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos” e coautora de “O Aprendizado da Sexualidade: Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros”, além de dezenas de artigos e capítulos de livros sobre as temáticas, publicados em português e em inglês.

Acesse o PDF: [Interferência religiosa limita direitos de minorias, diz antropóloga](#)

Governo espanhol incluirá malformação fetal como motivo para aborto

(O Globo, 23/06/2014) Após seis meses de controvérsia, o Ministério da Justiça decidiu alterar o projeto de lei sobre o aborto para amenizar em seu aspecto mais difícil: a interrupção da gravidez por malformação fetal. Na nova versão, que o governo deve aprovar em julho, anormalidades fetais graves, que sejam ou não são compatíveis com a vida, poderão ser uma justificativa legal para o aborto, segundo fontes do governo. A informação é do “El País”.

Não será criada uma concepção inicial do que é malformação fetal porque o governo se recusa a aceitar uma definição, mas a lei foi desenhada de forma que a mulher que quer abortar possa fazê-lo sem ter que provar com laudos e exames que a gestação lhe traria danos psicológicos. Mesmo se essa mudança ocorrer, a lei será ainda mais restritiva do que os pressupostos que a presidiram entre 1985 e 2010, porque o processo inclui uma série de condições que tornam mais longo e complicado para grávidas o aborto legal.



A reforma na legislação sobre o aborto gerou protestos nas ruas - Paul White / Paul White / AP - Arquivo 2009

A intenção do governo é aprovar o projeto no início de julho para entrar em vigor ainda este ano. O ministro da Justiça, Alberto Ruiz-Gallardón, esperou para receber os relatórios do Conselho Geral do Poder Judiciário (GCJ) e do Conselho Fiscal, e, finalmente, utilizou algumas das sugestões que estes organismos fizeram. A principal delas foi renunciar a sua decisão inicial de eliminar completamente a hipótese de malformação fetal. Essa modificação será feita no último minuto e alguns dos líderes políticos questionam a força da futura lei do aborto, considerada a mais restritiva da democracia.

Inicialmente, o projeto aprovado pelo Conselho de Ministros, em dezembro, afirmou que as mulheres podem abortar apenas em dois casos: por perigo grave para a vida ou a para saúde física ou mental da mulher grávida. A premissa de malformação fetal, que foi aprovada pelo Tribunal Constitucional do país há 30 anos, no entanto, estava excluída. Com esse texto, uma mulher grávida de um feto com malformações, doenças ou anomalias incompatíveis com a vida poderia abortar mas teria que afirmar que prosseguir com a gravidez lhe traz "grave perigo" físico ou psicológico. Esta afirmação dificulta o processo, pois a mulher teria de obter o parecer de dois médicos psiquiatras que trabalham em locais diferente do que, em seguida, será feita a operação. Provar que o feto tem anomalias graves não seria suficiente.

O novo texto, segundo fontes do governo, consiste em não citar formalmente a malformação fetal mas, na prática, elaborar um arcabouço jurídico para que ela possa ser feita. A futura lei estabelece que a questão para a esposa grávida de um feto malformado é, a priori, o risco de dano psicológico; e, portanto, pode abortar. O dano psicológico, sendo assim, será um pressuposto a partir da realidade da anomalia do feto. Da mesma forma, assume-se que, quando a gravidez é resultado de estupro, a mulher só tem de relatar a violência sofrida.

Acesse o PDF: [Governo espanhol incluirá malformação fetal como motivo para aborto](#)